

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

**NATUREZA, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO RURAL NO SEMI-ÁRIDO
BRASILEIRO: ESTUDO PRELIMINAR DAS AÇÕES DA ‘CONVIVÊNCIA COM O
SEMI-ÁRIDO’ EM JUAZEIRO – BAHIA**

Luzineide Dourado Carvalho¹

Resumo

As considerações postas neste trabalho tratam-se da relação natureza, território e desenvolvimento rural no Semi-Árido e suas correlações com a proposta da “Convivência com o Semi-Árido”. Estas questões são pensadas empiricamente para o território de Juazeiro, composto de dez municípios, localizados no norte da Bahia e boa parte deles, margeados pelo rio São Francisco. A partir dos significados sobre a natureza e o território Semi-Árido, analisa-se as influências dessas concepções nas intervenções estatais e como se projetou um modelo de desenvolvimento rural para o referido espaço, com foco para o território de Juazeiro. O trabalho procura mostrar que por conta de um processo de transformações contemporâneas mundiais no meio rural, movimenta-se uma revalorização deste quanto novas abordagens para a concepção de desenvolvimento rural, como é o caso do desenvolvimento territorial rural, por conseguinte, novas formas de pensar o rural e de intervir nele. A intenção é correlacionar estas novas abordagens com a proposta da ‘Convivência’ e de como esta possibilita contextualizar um projeto de desenvolvimento territorial para o Semi-Árido, uma vez que em suas argumentações e ações/programas o tripé equidade social, prudência ecológica e valorização cultural dos territórios rurais fazem-se presentes.

Palavras-chave: Natureza, Desenvolvimento Rural, Convivência com o Semi-Árido

1. As Significações sobre a Natureza e o Território Nordeste/Semi-Árido

A natureza do Semi-Árido Nordestino tem sido qualificada pela estereotipia representada nas imagens, narrada em romances, descrita em livros didáticos como pobre, feia, hostil, adversa etc.

Os significados dessa natureza foram explicitados nos discursos parlamentares ao longo das décadas. A questão climática, especificamente a seca, durante quase todo o século XX, justificou as intervenções estatais, entre elas, a própria criação da região Nordeste (ALBUQUERQUE JR., 1999).

O Nordeste foi tomado como o Outro dentro da formação político-geográfica do território brasileiro. Albuquerque Jr. (2000) embasa que as elites do Norte em declínio econômico e político nomearam a seca como o seu problema social. A seca passou a ser uma grande

¹ Universidade Federal de Sergipe/Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Doutoranda, luzdourado@bol.com.br

metáfora, pois a partir da palavra seca todo e qualquer problema, toda e qualquer necessidade, carência que a região tinha era significada a partir da mesma.

A seca não era a seca do Nordeste, mas era a seca do Norte, que antes era chamada de seca do Ceará. Isto porque não existia a Região Nordeste tal qual se concebe na atualidade. Esta surge como um enquadramento das ‘regiões’ econômicas e políticas dos limites das divisões territoriais político-administrativas do Império, portanto, das suas próprias diferenciações espaciais (OLIVEIRA, 1993). Será no final do século XIX o reconhecimento do Nordeste como ‘região’, mas só se afirma enquanto região oficial na segunda metade do século XX pelo IBGE.

Com amplitudes muito mais restritas no período colonial, o que era ‘nordeste’ se compunha de espaços economicamente individualizados que correspondiam cada um a uma ‘região’. Deste modo, o Nordeste foi uma invenção capitaneada pela elite pernambucana. E a disputa pelo domínio político dessa área teve na presença da seca - uma questão política das elites, a grande arma política, o argumento irrefutável para conseguir benesses, investimentos, carreamento de recursos e obras.

Albuquerque Jr. (1999) afirma que a implicação política do discurso da seca embasou o discurso da vitimização desse espaço na história do Brasil: o Nordeste como vítima do Sul; o nordestino como coitadinho, miserável, ignorante; o subdesenvolvido; o cabeça-chata, entretanto, um discurso que possibilitou carrear verbas e fundar a ‘indústria da seca’. Uma produção significativa do Nordeste/nordestino, uma *visibilidade* calcada no estereótipo do atraso.

Essa forma de utilizar o discurso e prática sobre a natureza do Nordeste, tomando a questão da seca enquanto o ‘mito da necessidade’ (CASTRO, 1992) formatou o regionalismo nordestino - uma ação ideológica, um uso do Poder simbólico sobre a região Nordeste pelas elites dominantes. Através desse regionalismo criou-se um discurso da necessidade, da reivindicação e de convencimento da fatalidade natural das secas para aquisição de verbas públicas.

Ao se analisar com uma base mais filosófica, tais significados dados à natureza semi-árida, seu fundamento se sustenta na noção ocidental de natureza, onde o meio natural é concebido como um âmbito exterior ao humano e independente de todo conhecimento.

Almeida (2004) traz a reflexão de que essa noção possibilitou a separação entre o “humano” e “não humano” (p.42) cuja projeção dicotômica da natureza como realidade ontológica, inviabilizou os pressupostos e os contextos históricos nos quais ela surge. O fato é que nas últimas décadas a sociedade tem se interrogado sobre suas relações com seu meio natural. E

em concordância com Almeida (ib.) são possibilidades que se abrem para a sociedade debater sobre a instrumentalização da natureza e uma reconsideração da construção simbólica da mesma.

Esta perspectiva de ‘descoberta’ valorativa do natural, essa reinvenção, mobiliza um processo de ressignificação das coisas naturais e a reafirmação destas como partes e produtos da sociedade (ALMEIDA, 2004). E daí ao se considerar essas ressignificações para o Semi-Árido, sua maior expressão é a proposta da “Convivência com o Semi-Árido”, que será tratada mais adiante.

2. As Contradições do Desenvolvimento Rural do Nordeste Semi-Árido

A penetração inicial do Nordeste Semi-Árido deu-se pela pecuária, em caráter extensivo, movida pelas relações estabelecidas entre o fornecimento de animais de trabalho tanto para atividades da zona açucareira quanto para a região de mineração, mais para o interior de Minas Gerais (OLIVEIRA, 1993).

Segundo Oliveira (1993), a pecuária consolidou a estrutura latifundiária concentradora, se contrapôs à subsistência imprensando os camponeses entre o litoral e o sertão, ou seja, no agreste, tanto que é nessa zona fisiográfica se estabeleceu uma estrutura fundiária de pequenas propriedades. Entretanto, foi a atividade que possibilitou elementos independentes para a economia sertaneja.

A decadência/subordinação da produção do açúcar aos esquemas de reprodução do capital na ‘região’ do café fizeram emergir a ‘região’ algodoeira-pecuária no interior do próprio Nordeste. Emerge o Nordeste 'algodoeiro-pecuário' permitindo uma inserção mais significativa dessa área dentro do contexto econômico do Brasil.

O consórcio gado-algodão-lavoura alimentar perdurou até meados dos anos de 1970, dominando principalmente a parte central do Semi-Árido. Esta organização do espaço agrário vai sofrer alterações profundas a partir de 1979, sendo uma das causas à seca de 1979-83 e a entrada de pragas nos algodoados (BRASIL, 2004).

Será na “grande seca” (1877-1879) que o Estado Brasileiro vai voltar-se para a questão das secas. Silva (1978) aponta que até então, o que havia eram medidas de socorros públicos assistenciais e emergenciais, já bem criticadas e desgastadas, levam o Governo Imperial a criar Comissões Técnicas de caráter mais regular.

O território das secas vai ser cartografado pela figura institucional do *Polígono das Secas*², ou seja, um território formatado para as ações e intervenções da política do combate às secas. O Estado conduziu pelo século XX e ao longo desse, ações pela correção hídrica, institucionalizada pela lógica do ‘combate às secas’.

Nos anos de 1950-60 o contexto nacional de “desequilíbrios regionais” favorece a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (1962), incorporando elementos desse ‘conflito’ inter-regional (Nordeste e Centro -Sul), ampliando político-administrativamente o Nordeste, que se estende do Maranhão à Bahia e insere parte do norte de Minas Gerais. Ressalta Oliveira (2003) que a criação desse órgão marca uma nova atuação do Estado no Nordeste, que vai atuar dentro da suposta inviabilidade da economia semi-árida. Uma reorganização da dinâmica espacial nordestina será feita, e as intervenções estatais serão em direção a construção de grandes obras públicas quanto a expansão do crédito fornecido às várias atividades econômicas. Neste patamar modernizador, constrói-se as grandes represas no rio São Francisco, visando à produção de energia elétrica para a instalação de infra-estruturas e a criação da Sudene (ANDRADE, 1988).

O interesse do Governo Federal de modernizar o sertão através da reorganização da agricultura do Vale do São Francisco, cria em 1967 a Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco e em 1975, na CODEVASF_ Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e atualmente, agrega também o Vale do Parnaíba visando gerar as condições necessárias para as idéias.

Nesta fase de Planejamento, a institucionalidade voltada para garantir a re-organização da economia da região Nordeste vai gerar a infra-estrutura para diversos programas hídricos, conferindo prioridade à acumulação das águas provenientes das chuvas em açudes de grande, médio e pequeno porte para abastecimento humano e animal, para programa de incentivo à modernização da agricultura, da pesca e para o uso industrial.

Vários programas e projetos serão empreendidos dos anos de 1970 aos de 1990, todos tiveram como ação de destaque a irrigação. Na verdade, uma política hídrica desvinculada de um processo efetivo de desenvolvimento integrado e sustentável para a região (BRASIL, 2004), bem como desintegrada de uma política de desenvolvimento rural, que mesmo

² *Polígono das Secas* é instituído em 1936 através da Lei Federal número 175 de 06/01/1936. Foi até 1989 a *Área Oficial de Ocorrências de Secas no Nordeste*, de 1936 a 1989 a superfície do Polígono ampliou-se de 672.281,98 km² para 1.085.187 km². Substituída pela *Região Semi-árida do Fundo Cosntitucional de Financiamento do Nordeste – FNE*, pela Lei nº 7.827 de 29.09.1989. Em 2000 a Região Semi-árida do FNE correspondia à 895.254,40 km² (BRASIL, 2004, p.32,34).

protagonizando o abastecimento de água na zona rural, estava desvinculado da produção agrícola, especialmente da agricultura familiar (BEZERRA, 2004).

Castro (2006) aponta que a partir do final da década de 1980, o sucesso de iniciativas que apostaram no sol e no calor do clima semi-árido, como a agricultura irrigada e o turismo, introduziram novos termos ao discurso regional nordestino.

A competitividade introduziu uma nova pauta e as vantagens do clima semi-árido passaram a ser ressaltadas pelos novos atores econômicos regionais. Arranjos produtivos regionais voltados para mercados externos à região redefiniram partes do território regional e possibilitaram uma visibilidade diferenciada do seu espaço, tanto no plano material como no simbólico (Castro, 2006).

Deste modo, a Região Nordeste permanece a desigualdade e a pobreza. Ambas resistentes e ainda constituem o traço regional mais visível. O cenário atual marca-se pelos grandes projetos conduzidos pelo Estado desenvolvimentista das décadas de 1950 a 1970 e num quadro de resistentes bolsões da pobreza nacional, alguns programas sociais compensatórios são introduzidos na última década, exemplo, o Bolsa Família, tornando-se o grande projeto estatal de resgate da cidadania na Região.

3. O Território de Juazeiro e sua Inserção no Modelo de Desenvolvimento

Composto por dez municípios localizados no norte do Estado da Bahia, trecho do Sub-Médio São Francisco, participantes em sua maioria da borda do Lago de Sobradinho: Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Sento-Sé, Sobradinho, Remanso e Uauá.

Por conta de sua posição geográfica estratégica, a cidade de Juazeiro além de situada à margem do rio São Francisco foi se constituindo ao longo de sua ocupação como passagem de missionários, bandeirantes, fazendeiros e imigrantes.

A expansão das atividades comerciais e pecuárias precedidas de políticas públicas contribuiu para que Juazeiro tornasse a grande cidade que é hoje. Ponto de ligação entre as regiões sul, norte e nordeste em virtude do rio São Francisco, beneficiou-se de sua valorizada posição geográfica.

A região a partir das décadas 1970/80 passa a receber fortes intervenções em sua organização espacial. A partir da construção da Barragem de Sobradinho, projetos de irrigação e a montagem de uma institucionalidade em pesquisa e assistência rural, bem como a dotação de

um aparato técnico-informacional e infra-estrutural para sua inserção ao mercado nacional e internacional.

Juazeiro (BA), o município de Petrolina/PE e a circunvizinhança, compõem o Vale do São Francisco, esse Vale através das inovações tecnológicas na produção voltada para a fruticultura, transformou-se num território eficiente e com vantagens competitivas próprias, “com produtores capazes de se inserir em nichos de mercado e adaptar-se a eles, bem como se inserir de forma competitiva na dinâmica das redes produtivas e comerciais a que pertencem” (PUNSKI, 2002:132).

Os indicadores econômicos apresentam que o pólo obtém 2,5 safras por ano e responde por um terço dos US\$ 350 milhões das exportações de frutas brasileiras (SEGALLA, 2006).

A representação de natureza ‘hostil’ tem sido transmutada, basta analisar os discursos embutidos nos meios de comunicação: “para milhões de nordestinos, a falta de chuvas e o excesso de calor são fardos da natureza. Para outros, o clima da região permite um negócio cada vez mais rentável” (SEGALLA, 2006:38).

Mesmo com a eficiência produtiva dessa área, o que prevalece na economia rural do Semi-Árido é a forte influência do setor agropecuário tradicional, que se mantém como o responsável pela ocupação de grande parte da mão-de-obra regional, e por consequência,

Produtor de significativas parcelas das mercadorias que integram a balança comercial nordestina, além do que a pecuária em especial, constitui um importante instrumento de ocupação e estruturação do espaço geográfico do Nordeste (LEITÃO, 2002:175).

Um movimento de contestação e de proposição a partir dos anos de 1980/90 passou a se proceder no pensar, agir e conduzir os debates acerca desse modelo de desenvolvimento, marcando uma mudança qualitativa nos discursos e práticas em prol de outro modelo, movida pelos sujeitos coletivos e organizada sócio-politicamente em torno da proposta de ‘Convivência com o Semi-Árido’:

Os debates acerca de um modelo de desenvolvimento apropriado para o Semi-Árido aponta para a falência da lógica do combate à seca e a emergência da convivência, ou em a falência da lógica técnico-economicista para a emergência da lógica ambiental-sistêmica (CARVALHO, 2004, p.:22).

Carvalho (2004) aponta que esse modelo de desenvolvimento pensado e implementado no Semi-Árido se por um lado buscou transformações da base tradicional da economia sertaneja para uma base mais moderna e tecnificada, as mudanças fortaleceram na verdade a exclusão

de boa parte das áreas do Semi-Árido, onde se reportam “imagem do espaço da seca, da pobreza, do êxodo rural, dos flagelados, do chão rachado, do ambiente hostil” (p.:22).

Também as políticas públicas descontextualizadas geraram pressões sobre as condições ambientais causando efeitos e impactos negativos de ordem agrônômica, social e ambiental. As obras hídricas pontuais - barragens, adutoras, perfuração de poços e projetos de irrigação com sua intensificação do uso dos solos e maiores demandas por água, em conjunto, têm causado a aceleração dos processos de erosão e desencadeando a Desertificação² (BRASIL, 2004).

Outros impactos também podem ser apontados como a salinização dos solos e a redução das áreas do bioma Caatinga. Enfim os estudos apontam que o uso inadequado e intensivo tem posto os ecossistemas do Semi-árido num ritmo de perda gradativa de sua capacidade produtiva.

4. A Concepção de Rural e sua Revalorização

O rural é um modo particular de utilização do espaço e de vida social, seu estudo supõe a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço, entendido como espaço físico, lugar onde se vive e lugar de onde se vê e se vive o mundo através de uma cidadania rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade (KAYSER, 1990:13, apud WANDERLEY, 2000:88).

Muitos países consideram rurais as localidades abaixo de um certo patamar populacional. Para países como Espanha e Portugal, rurais são os assentamentos humanos que reúnem ao menos 10 mil habitantes e guardam uma certa distância dos centros metropolitanos. Dentro desta definição demográfica, no Brasil boa parte de seus municípios seriam colocados como rurais, pois sua delimitação campo-cidade guarda uma especificidade, o urbano é estabelecido pelas prerrogativas das prefeituras municipais, a partir da Lei do Perímetro Urbano, que define o limite oficial entre as zonas urbanas e zonas rurais de seu território (ABRAMOVAY, 2003).

Em termos mais sociológicos, o rural pode ser entendido pela relação específica dos habitantes do campo com a natureza, com o qual o homem lida diretamente, sobretudo por meio de seu trabalho e do seu habitat; como também pelas relações sociais, diferenciadas, de

² Entende-se por Desertificação “a degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sob-úmidas secas, resultantes de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas” (BRASIL, 2006:17).

interconhecimento, resultante da dimensão e da complexidade restritas das “coletividades” rurais.

Moreira (2007) aponta que a associação do rural com a terra é uma das visões mais marcantes, daí a forte correlação rural com natureza e com os processos naturais e que no “caldo cultural, político e econômico das revoluções científica, burguesa e industrial da modernidade, ‘o rural-agricultura’ foi concebido como sujeito aos domínios da natureza e da tradição” (p.:71).

Moreira avalia como a burguesia industrial-urbana projetou visões de rural, de campo e de agrícola: “onde o rural foi apreendido na cultura e na política modernas pelas oposições campo-cidade, tradicional-moderno, oposições incivilizado-civilizado e não-tecnificado-tecnificado (p.:71).

Desse modo, a definição mais tradicional de rural além de lhe associar ao agrícola, também lhe caracterizou pela ótica da escassez, da falta, do atraso. Para Saraceno (1996) essa forma de fazer coincidir o rural, categoria territorial, com a de um setor, a agricultura, opondo-lhe ao urbano, que é também categoria territorial, mas identificada com os setores secundário e terciário, sustenta uma relação dicotômica campo-cidade.

A emergência de uma nova visão de rural e de mundo rural vem se processando por conta das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo que transformam as noções de “urbano” e “rural” em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais, que em algumas regiões, não correspondem mais às realidades distintas geográfica, culturais e socialmente (CARNEIRO, 1998).

O processo de revalorização do rural na contemporaneidade põe em debate o que seja o *mundo rural*. Este meio nas últimas décadas tem se tornado um espaço diversificado e atrativo para outras categorias sociais de origem urbana, que entre outros fatores, se explicam pela crise do modo de vida urbano, gerando um processo inverso para o meio rural - o renascimento rural e mesmo uma vitalidade reencontrada das localidades rurais.

A paisagem rural dentro dessas novas conformações ganha novo sentido, superando a dicotomia rural-urbano e adentrando a noção de território. Para Carneiro (2006), o espaço rural aos poucos vai tornando-se base para a produção de bens simbólicos ressignificados, alimentando uma nova dinâmica econômica e social, aglutinando determinados signos ao meio rural, que formata uma nova base para se construir uma nova noção de rural, ou seja, um movimento de resgate e valorização da cultura e da sociedade com o rural.

Wanderley (2003) também esclarece que o rural é um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade e ao contexto atual das relações internacionais, portanto não é um

espaço isolado: “o mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria” (p.:32).

Pelo visto, essa *nova ruralidade* não é uma etapa do desenvolvimento social que se aponta para o fim do rural, cujo avanço do progresso e da urbanização lhe fatalizam, mas o rural se fortalece como um valor para as sociedades contemporâneas, especialmente para aquelas que se assentam pelos territórios rurais de vida.

5. Desenvolvimento Rural e a Emergência do Desenvolvimento Territorial Rural

Diante das mudanças no mundo rural à concepção sobre o desenvolvimento rural também tem passado por redefinições. Abramovay (2003) aponta a corrente contemporânea sobre Desenvolvimento Rural na qual se enfatiza a dimensão territorial do desenvolvimento, objetivando estudar a montagem das *redes*, das *convenções* e das instituições que permitem ações cooperativas, incluindo a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação, permitem enriquecer o tecido social local.

A Reestruturação capitalista é uma condicionante de mudanças na concepção do Desenvolvimento Rural. Para Schneider (2003) o quadro conjuntural marcado pelo processo de interdependência nas relações sociais e econômicas em escala internacional gera rebatimentos na agricultura e no mundo rural, especialmente pelas trocas comerciais, a competitividade e as mudanças na base das cadeias agroalimentares em escala global com um progresso tecnológico, via biotecnologias e engenharia genética.

As modificações do papel do poder público e das instituições que atuam nos espaços rurais, a dimensão ambiental e a sustentabilidade do uso dos recursos naturais também são apontados como fatores para se redefinir o que seja um desenvolvimento rural.

Os novos referenciais que adentram para este novo modelo de desenvolvimento rural transmutam as idéias de produtor/agricultor para o de redes de atores; o setor agrícola para espaço rural alargado; as políticas exógenas (que não consideram as peculiaridades regionais e nem a participação das populações beneficiárias) para as políticas pensadas a partir da realidade econômica, social, cultural e institucional de determinado espaço, entre outros (SCHNEIDER, 2003).

Deste modo, o que se tem de concepção mais contemporânea de desenvolvimento rural é que este propicie um inter-relacionamento da agricultura com a sociedade; implementem-se modelos agrícolas capazes de valorizar as sinergias e a coesão no meio rural; fortaleça as relações entre indivíduos, famílias e suas identidades; crie bases de fortalecimento na relação

comunidade rural e os atores locais; esteja dimensionado com as novas ações de políticas públicas endógenas e, promova o uso sustentável e o manejo adequado/apropriado dos recursos naturais do meio rural.

Para Schneider (ib.) este processo de mudança pensado será possível se o desenvolvimento rural se der em ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. Portanto, é um processo evolutivo, interativo e hierárquico, cuja complexidade e diversidade são mais viáveis no plano territorial. O território passa a ser identificado como o espaço capaz de abarcar as mudanças da relação rural-urbano, quanto atuar melhor na erradicação da pobreza rural, possibilitar o protagonismo dos atores sociais e sua busca pela participação política.

Emerge o desenvolvimento territorial com a concepção de que o território mais do que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e infra-estruturas. E, nesta dimensão pode-se dar uma possível formação de um *pacto territorial* de desenvolvimento. Este se apóia na construção de um novo sujeito coletivo do desenvolvimento; na capacidade de articulação com outros atores da região; na ampliação do círculo de relações sociais no plano político, econômico e social (ABRAMOVAY, 2003).

Para o autor, o desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias e que sejam elas os protagonistas centrais da construção dos novos territórios.

Pensar as políticas de desenvolvimento territorial para o meio rural, é relevar os contextos das comunidades rurais, gerar um empoderamento destas e fortalecer as iniciativas locais (SACHS, 2004). O autor aponta que:

A diversidade das configurações sócio-econômicas e culturais, bem como das dotações de recursos que prevalecem em diferentes micro e mesorregiões, excluem a aplicação generalizada de estratégias uniformes de desenvolvimento (SACHS, 2004, p.:61).

O autor considera que para uma política calcada no desenvolvimento territorial faz-se necessário garantir a participação de todos os atores envolvidos (trabalhadores, empregadores, o Estado e a sociedade civil organizada) no processo de desenvolvimento, criando critérios dentro do planejamento territorial, visando reagrupar vários municípios de um território, unidos pela identidade cultural e por interesses comuns.

No Brasil, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA tem implementado desde 2003 uma política pública para a agricultura familiar calcada nas propostas do desenvolvimento territorial, redefinindo as micro e meso-regiões geográficas pelo instrumento institucional dos Territórios Rurais. Algumas observações devem ser postas quanto a esse novo direcionamento da SDT/MDA, pois mesmo considerando a forte espacialidade que marca o rural no Brasil, as regras do jogo para atuar sobre esse espaço continuam fortemente orientadas pelo viés setorial.

Como aponta Favaretto (2006) o desenvolvimento territorial tem adentrado para o discurso acadêmico e governamental, mas ainda uma incorporação ‘por adição’ dos novos temas sem a devida mudança institucional capaz de sustentar a inovação que ela deveria significar.

Moreira (2007) esclarece que as políticas atuais para o mundo rural, na verdade, são componentes dos processos de legitimação e de dominação urbano-industrial fundamentadas nas concepções institucionais da modernidade. E que existe uma diversidade de interesses no desenvolvimento sustentável no espaço rural, uma vez que este é bem diversificado, em nível de produção por grandes, médias e pequenas propriedades, produções e patrimônios produtivos, com variadas formas de trabalhos a eles associados etc.

6. A ‘Convivência com o Semi-Árido Brasileiro’: uma Mudança Paradigmática de Intervenção e Ações para o Meio Rural

A ‘Convivência com o Semi-Árido’ é uma proposta que vai se construindo e avançando no desafio de se universalizar como programa para todo este território, incorporando matrizes, idéias e noções ora vigentes de sustentabilidade e desejando se afirmar como uma política de equidade social :

A lógica da Convivência com o Semi-Árido visa focar a vida nas condições sócio-ambientais desta região, em seus limites e potencialidades, pressupondo novas formas de aprender e lidar com esse ambiente, na busca de alcançar e transformar todos os setores da vida. Portanto, não é apenas viver no Semi-Árido e supostamente aceitar as agruras da natureza, mas um viver estabelecido como comunhão que os indivíduos mantêm com o lugar, oportunizando organizar e criar alternativas de produção a partir dos limites e possibilidades que a natureza oferece (CARVALHO, 2004,p. 22).

A proposta cria seu ‘território’, estabelecendo-se entre o diálogo e o conflito com outros projetos de desenvolvimento consolidados ou em consolidação no Semi-Árido. Deste modo, a Convivência emerge com o sentido de ressignificação cultural sobre a natureza e o território, visando a reapropriação social, especialmente pela população do meio rural e sua grande

parcela de agricultores familiares, dos elementos do cotidiano e da organização sócio-espacial, como é o caso da água, da biodiversidade e da terra.

Esta ‘descoberta’ valorativa da natureza semi-árida traz a intenção de desmistificar, desconstruir os significados negativos e transpô-los a uma positividade. Diante dessa perspectiva cultural, a Convivência é o meio pelo qual deseja-se construir uma nova cultura da sociedade com sua natureza e seu território.

Dotar as populações vivendo nas áreas rurais do Semi-Árido são prerrogativas necessárias para que sejam elas as protagonistas centrais da construção dos seus territórios de vida. Essa proposição se afirma na concepção das instituições promotoras da Convivência:

A Convivência com o Semi-árido é uma proposta de desenvolvimento que se pauta na lógica de um sistema de vida e de produção eficientes e sustentáveis, onde se busca, através da formação de uma consciência coletiva, constituir um equilíbrio ambiental e social, capaz de garantir melhor as condições de vida para as populações dessa região (IRPAA, 2002).

A proposta da Convivência tem seus conteúdos apoiados nas práticas e saberes acumulados pelos povos do Semi-Árido na sua relação com a natureza, especialmente com a água, um elemento aglutinador e de organização da vida no Semi-Árido. A dinâmica desses povos e suas formas de convivência elaboradas no *tempo do verde* e no *tempo da seca*, bem como as diversas expressões simbólicas demarcam essa relação. Entretanto, para além de resgatar estas práticas, elas são reeditadas, considerando-as como produtos da ‘cultura da convivência’.

A Convivência se fundamenta em linhas de ação e pauta-se em conteúdos ligados à reforma hídrica (democratização, geração de abastecimento, aproveitamento sustentável de todas as águas em especial as águas das chuvas; redução de perdas e reuso da água) e reforma agrária (demarcação, titulação e desintrusão das terras, especialmente de territórios de comunidades tradicionais e de fundo de pasto), propostas sócio-culturais (que visem o fortalecimento e a manutenção das identidades culturais) e propostas institucionais, cujas políticas públicas para o Semi-Árido devam ser pensadas e implementadas para atender tanto as demandas sociais, econômicas, culturais e ambientais historicamente insuficientes e descontextualizadas, como é o caso da educação, mas também possibilitar que a sociedade civil participe de todas as instâncias de discussão e elaboração dessas políticas, desse modo, criando e fortalecendo o controle social. Outras políticas para a Convivência e a geração da sustentabilidade ambiental do Semi-Árido se pautam, tais como a conservação e utilização sustentável da Biodiversidade e da Agrobiodiversidade e recuperação de áreas degradadas e em desertificação (ASA, 2005). Desde a década de 1970 já se pontuava as primeiras experiências apropriadas à ecologia do

Semi-árido, denominadas inicialmente como ‘convivência com a seca’ e nas duas décadas seguintes, a proposta ganha evidência política ao se constituir redes de articulação e mobilização para implementar ações, práticas e programas de Convivência, utilizando-se de *tecnologias apropriadas* em projetos sócio-produtivos, projetos político-pedagógicos e outras expressões que se vinculam às possibilidades de redimensionar os diferentes setores da vida.

Dentre as redes, destacam-se o Mutirão Nordeste, a Articulação no Semi-Árido – ASA e a Rede de Educação para a Convivência com o Semi-Árido – RESAB. Participam dessas redes instituições da sociedade civil, tais como ONG’s, associações de produtores rurais e comunitárias, Igrejas, movimentos sociais etc. e Universidades Públicas, Secretarias de Educação, mais especificamente na RESAB.

Num movimento de mobilização e articulação da proposta da Convivência, as redes promovem uma dinâmica permanente de oficinas, encontros, seminários e conferências, cujo sentido é fortalecer o discurso, evidenciar e trocar o conhecimento das práticas e experiências exitosas (desde a produção à educação), elencar propostas, diretrizes e direcionar as ações.

Metodologias participativas e contextualizadas, imagens, símbolos e dizeres positivos são estratégias utilizadas para converter a hostilidade e estereotipia consolidadas no imaginário e nas representações sociais da sociedade brasileira sobre o Semi-Árido.

7. O Desenvolvimento Territorial Rural e a Convivência com o Semi-Árido: Aproximações e Possibilidades existentes no território de Juazeiro (BA)

Toma-se emprestado de Abramovay (2003) a noção de *pacto territorial do desenvolvimento*, considerando que alguns fatores necessitam se fazer presentes para a construção de um novo sujeito coletivo do desenvolvimento, capaz de se articular e mobilizar ações numa dimensão territorial. Estes se apresentam em conformação no Território de Juazeiro e aqui são explanados no sentido de aproximar os princípios do Desenvolvimento Territorial Rural e a Convivência com o Semi-Árido:

“A Geração de mudança do ambiente educacional existente no meio rural” (ib, 2003,p.93): um conjunto de medidas voltadas para a melhoria da qualidade educacional pública tem sido desenvolvida pela RESAB em várias Secretarias Municipais de Educação com a proposta da *Educação para a convivência*. Uma das primeiras ações da Rede foi à elaboração do Projeto Político-Pedagógico contextualizado do município de Curaçá, em 2001.

“Os projetos se apoiarem na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de certa região” (2003, p.94): as diversas organizações comunitárias do meio rural, ONGs e setores do poder público estão articuladas em sua maioria em rede, em duas ou mais redes existentes atuando para implementar políticas públicas pela Convivência.

“Não é o município a unidade administrativa adequada para um projeto, mas uma ação extra-municipal, que gere forças capazes de produzir uma interação dinâmica entre diferentes setores de um território” (ib. 2003,p.:96): um exemplo dessa proposição tem sido realizada pela Cooperativa de agricultores familiares de Curaçá, Uauá e Canudos (BA), a COOPERCUC. Esta cooperativa atua desde a organização dos produtores à comercialização dos seus produtos, cuja base é o beneficiamento do Umbu, Maracujá do Mato e algumas frutas (manga, goiaba etc.); Outras experiências produtivas estão se organizando pelos municípios de Juazeiro formando redes de produção e comercialização, exemplo a Rede Abelha, que une os municípios Remanso, Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova e outros ligados à apicultura.

“A organização e iniciativas que comecem a materializar a existência da dinâmica territorial (seminários, feiras, cursos de formação, etc)” (p.96): uma dinâmica de encontros e seminários etc, e uma articulação com os órgãos de desenvolvimento do meio rural para o Semi-Árido formatam parcerias para a promoção de eventos que potencializem o discurso da Convivência. Há instituições por exemplo o IRPAA³ que oferece anualmente o curso de convivência para agricultores/as de todo o Semi-árido.

No geral, as instituições da Convivência cadastram os agricultores nos programas e estes necessariamente passam por cursos de melhoramento da produção, da educação e em maior abrangência, sobre o manejo da água das cisternas, por conta da instalação dessas nas casas e comunidades rurais através do *Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-árido: um Milhão de Cisternas Rurais* ou P1MC da ASA.

“Pôr em destaque capacidades regionais ‘territorializadas’” (ib. 2003, p:96): vários produtos do Semi-Árido que até então não eram agregados como produtos de valor na produção regional ganham

expressividade, além das frutas Umbu e Maracujá do Mato que se transformam em doces, geléias e polpas exportadas até para a União Européia; tem-se derivados das carnes de caprinos; hortaliças e frutas orgânicas originadas da agricultura familiar, produzidas e comercializadas em redes como a Coopervida, em Juazeiro.

³ Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada. Sua sede é em Juazeiro/BA.

A busca em ter a certificação do selo “Sabor Natural do Sertão” apresenta-se como um meio de dar visibilidade a essa produção diferenciada e valorativa dos produtos do Semi-Árido.

E, “o papel das universidades do interior do país corroborando com a construção de uma nova visão do que significam o meio rural, o diagnóstico das situações das regiões rurais etc” (ib. 2003,p:97): Um ponto ainda frágil em todo o Brasil, mas paulatinamente vem se dando é a inserção de Universidades no processo de Educação para a Convivência, mas algumas já participam e implementam de forma gradativa a proposta educativa em suas ações, como é o caso da Universidade do Estado da Bahia e seu Departamento de Ciências Humanas, em Juazeiro, pioneira na participação de ações pela Educação para a Convivência.

Por fim, a condução das ações da Convivência guarda em si um viés territorial, mas que ainda não está plenamente direcionado, aspecto que poderia ampliar e favorecer as relações campo-cidade por uma *trama territorial*, e que no Semi-Árido é pouco evidenciada, apesar da forte interação do meio rural com o urbano nas centenas de pequenos municípios do Semi-Árido Brasileiro, muitos carentes de infra-estruturas sociais e institucionais e com baixa urbanidade, sendo dependentes muitas vezes de um serviço de um centro urbano regional, dezenas/centenas de quilômetros distante.

Deste modo, aprofundar a proposta da Convivência também para uma dimensão escalar, que seja para além de ações focadas no local ou da comunidade rural para o nível territorial, possibilitará considerar a diversidade dos contextos do Semi-Árido, isto porque cada contexto possui suas próprias potências, que devem ser consideradas e integradas a coesão desses territórios, a história e a cultura específica de cada um, criando e fortalecendo o *pacto territorial* em prol de um projeto de desenvolvimento territorial pela Convivência com o Semi-Árido.

8. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: O Futuro das Regiões Rurais. Porto Alegre: UFRFS, 2003.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. A Invenção do Nordeste e outras Artes. Recife/PE: FNJ, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

_____. As Invenções e Representações em Torno do Semi-Árido: Implicações na Educação. In: I Seminário Regional: Educação no Contexto do Semi-Árido Brasileiro. Juazeiro/BA: Secretaria Executiva da RESAB. Trabalho não publicado, 2000.

ALMEIDA, Maria Geralda de. A Reinvenção da Natureza. In: Revista Espaço e Cultura. UERJ. Rio de Janeiro, Nº 17-18, p.41-53, JAN./DEZ. de 2004.

ASA - ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO: CISTERNAS: Importância e Cuidados. Recife/PE: ASACom, 2003.

ASA – CONHECENDO O SEMI-ÁRIDO E ASPECTOS DA PROPOSTA POLÍTICA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO, Brasília:DF, ASABRASIL, 16/12/2005

BASTOS, João Pereira. O Futuro do Polígono das Secas. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, v.IV –1, 1957.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. PAN-Brasil: Programa de ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca_ edição comemorativa 10 anos da CCD - Brasília: MMA/SRH, 2004.

_____Ministério do Meio Ambiente- Secretaria de Recursos Hídricos -Coordenação Técnica de Combate à Desertificação: Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação/Programa Nacional de Combate à Desertificação. 3ª edição. Brasília:MMA/SRH/CTC, 2006.

BEZERRA, Nizomar Falcão. Fragmentando o Território – Bases para o Desenvolvimento do Semi-árido do Ceará. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

CAATINGA: SOLUÇÕES PARA O SEMI-ÁRIDO. Ouricuri/PE: CAATINGA, 2004

CARNEIRO, Maria Jose. Ruralidade na Sociedade Contemporânea: uma Reflexão Teórico-metodologica. [on line] Disponível em www.ftierra.org/tierra1104/doctrabajo/jmcarnerio_nr.pdf. 04/08/2006

_____ Ruralidade: Novas Identidades em Construção. In:Revista Estudos Sociedade e Agricultura, nº 11, out 1998- CPDA/UFRJ, RJ

CARVALHO, J. M. de. *A formação das Almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Luzineide Dourado. A Emergência da Lógica da “Convivência Com o Semi-Árido” e a Construção de uma Nova Territorialidade. In: RESAB, Secretaria Executiva. Educação Para a Convivência com o Semi-Árido: Reflexões Teórico-Práticas. 1ª Ed. Juazeiro: Secretaria Executiva da RESAB, 2004

CASTRO, Iná Elias de. Mito da Necessidade:Discurso e Prática do Regionalismo Nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____.O Sertão nordestino e a questão do regionalismo. Regionalismo hoje. Do que se trata no Nordeste? In: Anais do ENCONTRO OS SERTÕES: Espaços, Tempos, Movimentos (Mesa Redonda), Recife, PE:Universidade Federal de Pernambuco, novembro de 2006

DUARTE FILHO, João. O Sertão e o Centro. Rio de Janeiro:Livraria José Olympio Editora, 1938.

FAVARETTO, Arilson da Silva. Paradigmas do desenvolvimento rural em Questão – Do Agrário ao territorial. SP:USP, 2006. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. São Paulo, 2006

IRPAA – INSTITUTO DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA: Educação para a Convivência com o semi-árido. Juazeiro- BA:IRPAA, 2002

LEFF, Enrique. Racionalidade Ambiental: a Reapropriação Social da Natureza. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2006.

LEITÃO, Amilton de Melo. A Exploração Econômica da Caprino-ovinocultura no Município de Cabaceiras – PB: Uma Possibilidade de Superação Socioeconômica aos Efeitos da Seca. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Agricultura Brasileira:Unidade na Diversidade, Petrolina, PE: dez/2002, p.:175-176

- MOREIRA, Roberto José. Sustentabilidade e Interesses no Espaço Rural. In : MOREIRA, Roberto Jose (org.). Terra, Poder e Território. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. :149-170
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião:SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes, 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PUNSKI, Elba Medeiros. A Produção de Manga: Um Estudo de Caso sobre a Trajetória Tecnológica no Vale do São Francisco. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Agricultura Brasileira:Unidade na Diversidade, Petrolina, PE: dez/2002, p.:131-132
- REFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder.São Paulo:Editora Atica, 1993.
- RIBEIRO, Rafael Winter. A Construção da Aridez: Representações da Natureza, Regionalização e Institucionalização do Combate à Seca (1877-1909). Rio de Janeiro:UFRJ, 2001. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2001.Executiva, 2004 (folder).
- SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: Incluyente, Sustentável, Sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SCHNEIDER, Sergio. A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e suas Articulações Externas. In: I FORUM INTERNACIONAL TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E DEMOCRACIA, Fortaleza/Ceará, 16 a 19 de novembro de 2003. Organizado pelo IICA-Brasil e MDA.
- SEGALLA, Amauri. O Vale se transforma no pomar nacional.In: Revista Estadão Negócios, São Paulo, 2006, p.:38-39
- SILVA, Janice Theodoro da. Raízes da Ideologia do Planejamento: Nordeste (1889-1930). São Paulo:Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.
- SILVA, Roberto Alves da. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.Brasilia, DF:UNB, 2006. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília – Brasília, DF, 2006.
- SARACENO, Elena. O Conceito de Ruralidade: Problema de Definição em Escala Européia. In:Programa de Seminários INEA sobre Desenvolvimento nas Áreas Rurais. Métodos de Análise e Políticas de Intervenção, Roma: CRES Udine, 30 de outubro de 1996 (Tradução de Ângela Kageyama, UNICAMP).
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Urbanização e Ruralidade: Relações entre a Pequena Cidade e o Mundo Rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Recife:UFPE, 2001
- _____ A Emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas- O ‘Rural’ como Espaço Singular e Ator Coletivo. In : Revista Estudos Sociedade e Agricultura, nº 15, out 2000- CPDA/UFRJ, RJ.